

# De decreto em decreto



*Recém-contactados, os índios yanomamis não falam o português, estão com fome e desesperados. Hoje, o deputado Alcides Lima apresenta ao Congresso projeto que lhes tira o resto da vida*

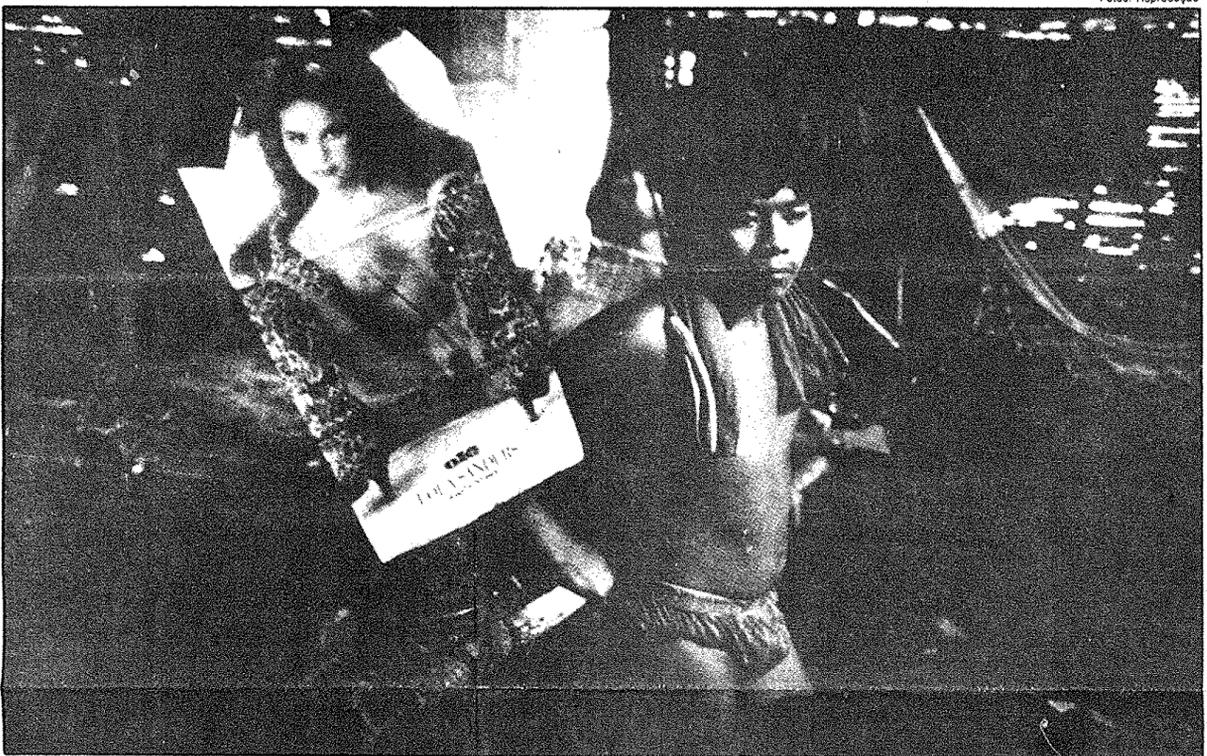
Severino Francisco

**C**riança, não verás pais como este! Em pleno ano da Constituinte, em pleno ano das comemorações da declaração dos direitos do homem e do cidadão, (em cima do Bicentário da Revolução Francesa) quando ainda não baixou a poeira do escândalo internacional provocado pelas queimadas na Amazônia e pelo assassinato de seringueiros, uma tribo está ameaçada de genocídio: os Yanomamis. E, desta vez, não é preciso convocar o General Custer ou o cowboy John Wayne, que dizimava índios nos filmes como quem faz uma operação de detetização de mosquitos. É de canetada em canetada, é de decreto em decreto, é de conchavo em conchavo de gabinete, que a vida dos últimos índios brasileiros é apagada do planeta.

A estratégia do genocídio foi exposta em brilhante artigo, assinado por Memélia Moreira, na edição de sexta-feira, do **Jornal de Brasília**. E, hoje, em Brasília, o Congresso será palco de um importante ato na estratégia do genocídio: o deputado Alcides Lima, de Roraima, vai apresentar um projeto de lei com o objetivo de legalizar o garimpo em áreas indígenas. Na mesma canetada estarão condenados à poluição e ao envenenamento pelo mercúrio, os rios de Roraima: Uraricoera, Catrimani, Ajarani e Branco.

Representantes do movimento "Ação pela Cidadania", integrado por várias entidades da sociedade civil (OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, ABI — Associação Brasileira de Imprensa, SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomami, entre outros) visitaram o Estado de Roraima para examinar a situação real de impunidade nos assassinatos de seringueiros e da ameaça de extinção dos índios. Da viagem resultou um relatório que está circulando no meio político, intelectual, artístico, sindical e universitário.

A mineração em áreas indígenas é, antes de tudo, inconstitucional. Ela só é permitida sob duas condições: aprovação dos próprios índios e aprovação do Congresso Nacional. Na verdade — explica a fotógrafa Cláudia Andujar, representante da Comissão pela Criação do Parque Yanomami — um decreto do presidente



Fotos: Reprodução

Sarney já permite a garimpagem em áreas florestais desde que organizada em cooperativas. O projeto de lei a ser apresentado pelo deputado Alcides Lima, de Roraima, vai mais além: abre também as terras indígenas ao garimpo: "A área Yanomami foi dividida, através de decreto presidencial, em 19 áreas indígenas, duas florestas nacionais e o Parque Nacional do Pico da Neblina. Na verdade, as florestas nacionais são também áreas indígenas" — diz Cláudia Andujar.

Abrir área à mineração significa, no caso, abrir a área ao genocídio dos índios Yanomamis. O próprio diretor do Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Fernando Cesar Mesquita, reconheceu como verdadeiras as informações constantes no relatório do grupo "Ação pela Cidadania" — diz Cláudia Andujar. Fernando Mesquita chegou a participar de reuniões do grupo Ação pela Cidadania. E mais: entrou com um processo, através do Ibama, para reintegração da posse da terra aos índios Yanomamis. Mas, mis-

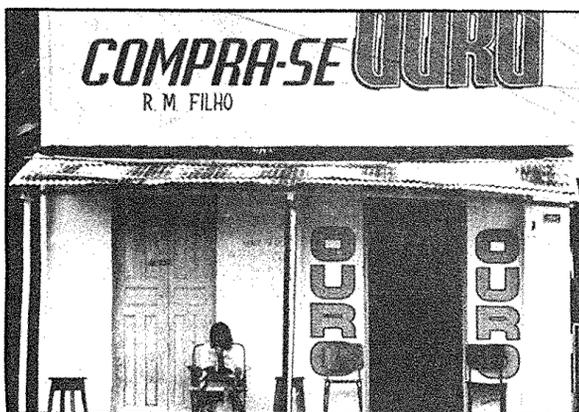
teriosamente, o processo foi retirado pelo próprio Fernando Mesquita, cedendo às pressões. "A mineração nas terras dos Yanomamis significa um desastre ecológico, comenta Cláudia. Todos os rios estão poluídos. As autoridades estão falando que os Yano-

mamis não habitam realmente na área. Seria a chamada área de perambulagem. É um absurdo! Os índios estão morrendo de fome porque os rios estão poluídos e eles não podem mais caçar".

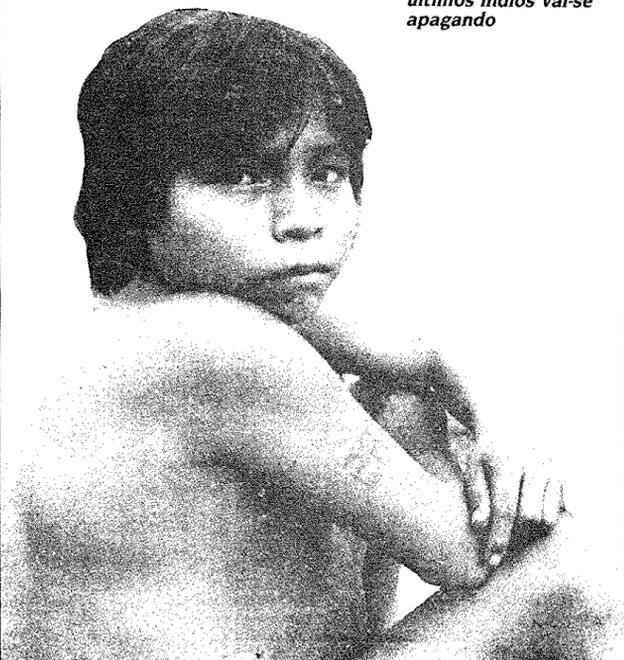
Os interessados em abrir as áreas indígenas para a mineração

pretendem que o projeto passe no Congresso o mais rápido possível, antes da mudança de Governo. É preciso também a aprovação dos índios. Cláudia alerta que os Yanomamis são recém-contactados, não falam a língua dos brancos, estão famintos e desesperados: "Os Yanomamis estão colocados contra a parede. E, além de tudo eles não têm condições de entender o que está acontecendo. Pretender que eles tomem uma decisão nestas condições é algo imoral, vergonhoso, que fere qualquer noção de direitos humanos".

É possível impedir o processo de garimpagem na região? É possível retirar 50 mil pessoas da região sem violência? Cláudia Andujar responde que o Governo tem a obrigação de encontrar alternativas para a população de garimpeiros. "Basta fechar as pistas para retirar este pessoal de lá. Os aviões estão provocando uma incrível poluição sonora. Os aeroportos da região são ilegais. Não obedecem às normas do Ministério da Aeronáutica".



□ **Pelo ouro ou pelo dólar, a vida dos últimos índios vai-se apagando**



## A boca no trombone

**O**s índios vão botar de novo a boca no trombone nacional e internacional para defender os Yanomamis. O índio Jorge Terena acaba de zarpar em direção aos Estados Unidos, para participar de uma série de encontros na ONU, munido de uma série de fitas de reportagens recentes produzidas pela SBT sobre o genocídio dos Yanomamis. As lideranças indígenas resolveram comprar mesmo a briga dos Yanomamis. Elas consideram praticamente esgotadas as esperanças de qualquer posicionamento favorável por parte do governo brasileiro em relação a questão dos Yanomamis.

Durante a semana, os índios Marcos Terena, Raoni e Mario Juruna, se reuniram com o Ministro da Justiça, Oscar Corrêa. "Ele reconheceu que a garimpagem fere efetivamente a Constituição — diz Marcos Terena, um dos coordenadores da União dos Povos Indígenas. Mas disse que o poder econômico é mais forte. "Disse que não existe lei na região. Existem ape-

nas pontos de vista". A preocupação dos índios é de que a questão dos Yanomamis se transforme em uma investida do tipo "Este é um País que vai pra frente", de resultados desastrosos na vida política brasileira mais recente. "Esta é a tática do Romero Jucá, atual governador de Roraima — diz Marcos Terena. A ocupação das terras pelos garimpeiros foi criada por Romero Jucá" e pelo pessoal do projeto Calha Norte".

Desta vez, os índios não querem que a mobilização se esgote na denúncia. Eles estão começando a articular uma campanha para mobilização da opinião pública, através de personalidades como o cantor Milton Nascimento, a atriz Maitê Proença, o antropólogo Darcy Ribeiro: "Nós queremos balançar as pessoas que moram no Plano Piloto ou na Avenida Paulista para que todos tomem conhecimento de que o Estado brasileiro está matando os índios Yanomamis. O povo brasileiro não pode permanecer omissos. Tem de tomar um partido. Nós vamos fazer uma campanha para envio de remédios e alimentos para os Yanomamis".

## Um quadro de agressões

**E**nvenenamento dos rios pelo mercúrio, fuga da caça, — principal fonte de alimentação dos índios —, fome, desnutrição, proliferação de doenças da pele, surgimento de doenças venéreas, crescimento da mortalidade entre os índios. Este é um pequeno quadro de agressões a direitos registrado pela comissão do movimento "Ação pela Cidadania" em sua viagem a Paapiú, na área indígena de Surucucú, onde vivem os Yanomamis.

Os índios estão sofrendo violenta agressão à sua cultura, ao serem expostos, sem qualquer presença de autoridade, ao contato descontrolado, promíscuo, com os garimpeiros — diz o relatório. A cabeceira da pista está situada a menos de cinquenta metros da maloca. O barulho dos aviões é ensurdecedor.

Entre as propostas do movimento "Ação e Cidadania" estão: a demarcação imediata das terras Yanomami, a retirada dos garimpeiros, a demarcação da área Macuxi, Wapixana, Tarepang e Ingaracó, assistência médica de emergência, presença da Funai em Paapiú.